

O Brasil e a reestruturação do capitalismo *Economia Brasil*

Sérgio Henrique Hudson
de Abranches *

A reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial deixará claro que os problemas da economia mundial antecedem a invasão do Kuwait e a elevação emocional dos preços do petróleo. É uma crise estrutural, de natureza principalmente financeira, complicada pela persistência de pressões inflacionárias, de origem diversa, nas principais economias industriais do planeta. O episódio do Golfo Pérsico agrava a conjuntura político-econômica internacional, mas não a gerou, nem sua superação alterará significativamente este contexto.

A fragilidade do sistema financeiro mundial data de meados dos anos 80, quando começaram a surgir os primeiros efeitos da má reciclagem dos petrodólares pela maioria dos grandes bancos comerciais seguida pelo esgotamento desses recursos, com a queda dos preços do petróleo. Alguns dos maiores bancos comerciais americanos enfrentaram sérias dificuldades e foram forçados a elevar sistematicamente suas reservas de capital para cobrir máus empréstimos. Entretanto, Japão e Alemanha, com suas economias em forte expansão, puderam suprir o capital financeiro demandado pela economia mundial. Por esta razão, não houve uma crise de oferta mundial de capital naquele período.

O sistema bancário americano atingiu, agora, o pior momento deste ciclo de crise. Não é apenas o Chase Manhattan Bank que se encontra profundamente abalado. Entre os grandes bancos, que operam em escala nacional e internacional, também enfrentam dificuldades, de maior ou menor gravidade, o CITICORP, o Manufacturer's Hannover e o Chemical Bank, apenas para citar os mais conhecidos. Mas estão, também, em situação semelhante, alguns importantes bancos regionais, como o Midlantic e o First Fidelity, os maiores de New Jersey e o Southern Bancorp, um gigante financeiro da Flórida.

O auge das dificuldades dos bancos

americanos coincide com grave crise do sistema bancário japonês. Difícilmente o Japão poderá retomar, no curto prazo, seu papel de financiador do investimento mundial. Os bancos japoneses passarão a impor severos limites para seus empréstimos. É consenso entre autoridades e empresários japoneses que haverá uma substancial redução do financiamento deste país para o resto do mundo. A baixa de 40%, só este ano, na bolsa de valores de Tóquio, foi quase fatal para os bancos. Sua principal fonte de lucros vinha sendo o mercado acionário e não as operações de crédito. Além disto, a crise da construção civil reduziu drasticamente sua principal fonte doméstica de demanda por crédito e aumentou a taxa de inadimplência nos pagamentos. O sistema bancário japonês, por estas razões, está perdendo rentabilidade rapidamente, e seus níveis de capitalização estão baixos e em queda.

No restante da Europa o crédito bancário nunca teve tanta importância em escala mundial. Exceto na Alemanha, onde os bancos parecem ser os únicos a manter sua solidez. A vigilância severa do Bundesbank, o banco central alemão, torna praticamente impossível o tipo de operações de risco e desvios funcionais observados nos Estados Unidos, ou a contaminação de mercados como ocorreu no Japão. Mas a Alemanha terá que enfrentar um outro desafio: o financiamento da reconstrução de seu lado oriental, que demandará vultuosos investimentos de infra-estrutura e gastos fiscais consideráveis, para ajudar os desempregados das indústrias obsoletas, que não sobreviverão à competição ocidental. Assim, nem Japão, nem Alemanha terão condições de manter os mesmos níveis de exportação de capitais para o resto do mundo.

Os bancos ingleses operam em escala menor, assumem menos riscos e mantêm-se fora das áreas de maior turbulência. Mesmo assim, alguns deles estão atrapalhados com o volume crescente de créditos duvidosos.

No plano econômico, a situação não é menos delicada. São visíveis os efeitos de pressões inflacionárias no Japão, levando

a política monetária a ficar cada vez mais apertada. E o arrocho tende a piorar. Como o crescimento da economia, este ano, tem derivado principalmente da demanda interna de bens de consumo, é provável que experimente desaceleração adicional àquela que resultará da crise do Golfo Pérsico.

A Alemanha dedicar-se-á, prioritariamente, à reconstrução do lado oriental, evitando, ao mesmo tempo, que a reunificação produza índices mais elevados de inflação. A formação da nova Alemanha pode produzir enormes dividendos políticos e econômicos, no longo prazo. Mas, no curto e médio prazos custará uma fortuna ainda incalculável, que exigirá praticamente toda a poupança disponível — pública e privada — e quase certamente pressionará seriamente o orçamento fiscal alemão, pelo menos no primeiro ano.

A França já apresenta sinais inquietantes de queda do investimento privado e redução das exportações. O Canadá parece estar em processo recessivo. A Inglaterra, com inflação anual de dois dígitos, prepara-se para rigorosa austeridade monetária e fiscal que poderá provocar um novo ciclo recessivo. O cenário americano não é melhor. Se não se confirmarem as previsões mais pessimistas de estagnação, com certeza o crescimento da economia será muito modesto. Na maioria destes países, como ficou claro na reunião do "Grupo dos Sete", a política monetária será apertada e os juros serão mantidos em alta.

O comunicado do "G 7", que reúne os países mais industrializados, é absolutamente claro a respeito deste cenário de dificuldades. Definiu como prioridade absoluta o controle da inflação. Preferem a recessão.

A reunião conjunta do Banco Mundial e do FMI não deverá chegar a conclusões muito diferentes. A única decisão positiva foi a recomendação do Comitê Interino, de que o FMI forneça crédito de emergência, com rapidez, aos países seriamente afetados pela crise do Golfo. Mas não definiu novas fontes de financiamento, sugerindo que sejam utilizadas as já existen-

tes e os mecanismos tradicionais do Fundo. Isto para auxiliar aqueles países que estejam adotando políticas corretas de ajustamento econômico.

Difícilmente o comunicado oficial da reunião deixará de incluir, entre os elementos pertinentes destas políticas de ajustamento, a aprovação de um entendimento duradouro com os bancos comerciais sobre a dívida. O acerto com os bancos privados será considerado um passo necessário para que os países devedores restabeleçam relações normais com o sistema financeiro internacional e possam se beneficiar dos mecanismos de auxílio de que ele dispõe.

Não serão reuniões fáceis para o Brasil. Embora conte com a boa vontade de alguns dos executivos dos principais países do "G 7", será docemente constrangido a negociar imediatamente com os bancos comerciais. Um acordo com os bancos não será difícil. Eles estão com baixo poder de pressão e, na sua maioria, já fizeram reservas de capital para cobrir perdas significativas da dívida brasileira. Para os bancos, o principal é o levantamento da moratória e a garantia de alguma forma aceitável de pagamento regular no futuro. Eles estão atrás de algum resultado razoável para mostrar aos acionistas, cujos dividendos estão sendo cortados por causa de erros gerenciais.

O maior problema para o Brasil é a alta probabilidade de escassez generalizada de capital no mercado mundial. A elevação das taxas de juros, além de tornar o crédito mais caro, eleva o custo da dívida e dos financiamentos de fornecedores. Uma drástica redução na oferta internacional de capital, principalmente com a fragilidade dos bancos americanos e a diminuição significativa de aportes do Japão e da Alemanha, pode vir a comprometer seriamente os planos de médio e longo prazos do Brasil.

Um aperto monetário mundial e uma tendência recessiva generalizada podem afetar negativamente o projeto de modernização da economia brasileira e de retomada do crescimento. Diante da escassez mundial de capital, o estabelecimento de

excelentes relações com o Banco Mundial e o FMI é estratégico. As instituições multilaterais passarão a ter um papel ainda mais importante no cenário financeiro internacional. Em cooperação com países desejosos de implementar políticas de crescimento e redistribuição, elas serão peças-chaves no desenvolvimento de formas de catalisar recursos de mercado para financiar investimentos.

Nesta conjuntura, as autoridades brasileiras terão que agir com rapidez e eficiência. De um lado, para equacionar, em tempo hábil, a questão da dívida externa, para que o Brasil possa beneficiar-se do que ainda resta de liquidez no sistema financeiro mundial. De outro lado, controlando efetivamente a inflação e garantindo estabilidade interna, de modo a readquirir a confiança da comunidade econômica mundial e captar investimentos diretos de empresas e corporações. Muito provavelmente, até que se promova uma ampla reforma do sistema financeiro em crise, as empresas passarão a ser a principal fonte de recursos para investimentos.

A crise é geral e pode ser danosa para países como o Brasil. Não se pode imaginar que o país consiga realizar seu projeto econômico somente com a poupança interna, ainda que recupere os níveis da poupança pública, que se mantiveram irrisórios por quase toda a década de 80. É nos momentos de crise que a clareza do que é benefício de longo prazo, a iniciativa e a competência fazem toda a diferença. O sistema capitalista mundial está na antevéspera de grandes mudanças estruturais. A correlação de forças entre os países será profundamente alterada. O padrão industrial e tecnológico está em rápida mutação. O sistema financeiro será certamente todo reformado. Agilidade, informação e capacitação serão os recursos estratégicos nos próximos anos. É um desses raros momentos em que os sócios da nova ordem serão redefinidos. No turbilhão das mudanças, será determinado quem estará dentro e quem ficará de fora. A hora da verdade está chegando para o Brasil.

* Cientista político